

Orçamento começa a ser votado pelo Congresso amanhã

BRASÍLIA — O governo ainda reage, mas já não consegue protelar o exercício pelo Congresso de uma de suas prerrogativas mais importantes: a aprovação do orçamento da União. Amanhã, os 60 membros da Comissão Mista de Orçamento do Congresso se reúnem para começar a votar o parecer do relator, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). São Cz\$ 15 trilhões 600 bilhões (a preços de junho) a serem gastos em 1989. Pela nova Constituição, os parlamentares podem alterar a destinação de aproximadamente 50% destes recursos — o restante é destinado ao pagamento do funcionalismo, serviço da dívida e transferência para estados e municípios.

As tentativas do Palácio do Planalto para atrasar o início das votações, sob o argumento da necessidade de novas rodadas de negociações entre o Executivo e o Legislativo, não sensibilizam mais a Comissão. Há uma semana, um apelo neste sentido lançado pelo presidente Sarney — renovado sexta-feira — fez os parlamentares guardarem por três dias uma proposta de entendimento do Executivo. Na segunda-feira acabaram surpreendidos pelo envio ao Congresso de uma segunda mensagem presidencial, propondo alterações no projeto de orçamento, com redução de despesas e a confirmação da cobrança de 25% das dívidas vencidas e a vencer em 1989 de estados e municípios, justamente a rubrica mais rejeitada por parlamentares e governadores.

Confronto

— A frustração do poder do Congresso de votar o orçamento pode virar realidade caso as contas do governo não sejam aprovadas até 31 de dezembro. O Executivo poderia então operar com a lei orçamentária de 1988, dependendo do Legislativo apenas para a aprovação de créditos adicionais. O presidente José Sarney garantiu na sexta-feira, a 17 parlamentares membros da Comissão, que não deseja este desfecho, que inauguraria um confronto aberto entre os dois poderes. Porém, o presidente não estimulou o aceleração do trabalho dos parlamentares. Preferiu, mais uma vez, lamentar a inexistência de prazo para encaminhar soluções negociadas.

O presidente da Comissão de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), assegurou que negocia “qualquer coisa, menos o cronograma de trabalho da Comissão”. Assim, as votações das contas do governo começam mesmo nesta segunda-feira, sem representar porém o fim da negociação com o Executivo. O refinanciamento da dívida dos estados e municípios continuam um tema aberto a entendimentos. O parecer do relator aponta uma fórmula de rolagem desta dívida que não é de agrado do governo, embora tenha a simpatia da maioria dos membros da Comissão. Da parte dos parlamentares, no entanto, “não prevalece uma posição irracional”, garante o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG).

O relatório do senador Almir Gabriel dá parecer favorável à emenda que prevê o refinanciamento de toda a dívida vencida de estados e municípios e da dívida a vencer em 1989 para aqueles devedores que não somam um débito superior a US\$ 300 milhões. Os demais, que são apenas sete estados — São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Bahia e Santa Catarina —, devem pagar parcelas de 25%, 20% e 10% de sua dívida vencida, conforme o nível do débito total de cada um. Estes pagamentos somam uma receita de Cz\$ 68 bilhões (a preços de junho), Cz\$ 482 bilhões a menos do que o governo pretende arrecadar.

O confronto de propostas não interessa, porém, aos parlamentares, mesmo prevalecendo a consciência da impossibilidade quase total de que a fórmula do relator seja derrotada por uma maioria de deputados e senadores, sensíveis aos interesses de seus governadores. Afinal, o presidente ainda mantém o poder de vetar o orçamento aprovado pelo Congresso em parte ou no todo. É um veto do presidente só cai com a aprovação da maioria dos parlamentares, ou seja, 280 votos, difíceis de reunir e potentes para criar um conflito de poderes que ninguém deseja.

A fórmula do entendimento está em negociação. Na comissão há parlamentares que defendem um aumento da soma de pagamentos para uma cifra de Cz\$ 150 bilhões ou de Cz\$ 220 bilhões (sempre a preços de junho). Os governadores ainda não se pronunciaram, mas o representante de Minas Gerais, Newton Cardoso, quarto maior devedor da União, já acenou com a possibilidade de aceitar uma proposta de meio termo entre a sugestão da Comissão e o projeto original do governo.

Enquanto não chega a hora de votar a emenda da rolagem da dívida, os parlamentares apreciarão o parecer e os destaques que alteram substancialmente a destinação de receitas para os diversos programas e órgãos do governo federal. A proposta do relator é de que a Comissão aumente os recursos dos Ministérios da Educação, Saúde, Agricultura, Ciência e Tecnologia e Transportes (inclusive para o projeto da Ferrovia Norte e Sul), com transferências de verbas originalmente alocadas nos Ministérios do Planejamento, Fazenda, Indústria e Comércio e na Presidência da República.